

POR QUE SOU CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL?¹

Eduardo Fagnani²

Sou a favor de Reformas da Previdência. Periodicamente elas são necessárias para adequar os sistemas previdenciários às transformações sociais, econômicas e demográficas. Diversos países mais igualitários enfrentaram essa questão sem destruir os seus sistemas de proteção social.

Entretanto, sou contra a Reforma da Previdência elaborada pelo Governo Temer (PEC 287/2016) porque ela faz parte da “agenda do mercado” ditada pelos detentores da riqueza financeira. Porque o seu propósito é destruir o principal mecanismo de proteção social com que os brasileiros contam. Porque ela elevará o número de brasileiros idosos em situação de pobreza extrema, de 0,8% para mais de 50% da população total.

Sou contra a Reforma da Previdência, porque não se fazem reformas sociais democráticas consultando só “marqueteiros”, pois a democracia não é mercadoria, e não se “vende” reforma previdenciária como se vende sabonete.

Sou contra a Reforma da Previdência porque não se fazem reformas sociais com o rolo compressor de governos antidemocráticos, com desprezo pelo conhecimento técnico acumulado pelas instituições de pesquisa da sociedade e sem buscar consensos com os diversos segmentos – o que só se faz mediante debate honesto e qualificado.

Sou contra a Reforma da Previdência, porque não se fazem reformas dessa envergadura sem a legitimidade do voto popular e sem integridade moral e ética dos governantes. Esse fato, cristalino na vigência da etapa de “estancar a sangria” pela qual passa hoje nosso infeliz Brasil, ganhou contornos dramáticos, com as veias abertas pelas confissões do açougueiro que se tornou dono de frigorífico.

Sou contra a Reforma da Previdência porque na pressa para atender aos interesses dos poderosos, o diagnóstico rudimentar ginasiano ou mal-intencionado e a fragilidade dos argumentos conduzem ao que há de mais deplorável no deplorável sistema político brasileiro:

¹ Adaptação do artigo “A reforma da Previdência e confissões do açougueiro” publicado pelo autor na revista Carta Capital em maio de 2017.

²² Professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-IE-UNICAMP) e coordenador da rede de Plataforma Política Social (www.plataformapoliticasocial.com). Blog pessoal: Economia do Bem Estar Social <http://fagnani.net/>

o clientelismo político rasteiro da "compra" de votos dos parlamentares e outros expedientes do "voto de cabresto" como chantagens e as punições aos infiéis. E o que dizer do suposto "refinanciamento" (por vinte anos, renegociáveis a cada cinco anos) dos cerca de R\$ 1,4 bilhão devido pelos sonegadores, aí incluídos senadores e deputados? E do perdão da dívida do agronegócio, com a Previdência Rural? E do refinanciamento da dívida dos Estados e Municípios inadimplentes, com a Previdência Social? E as negociações com a bancada evangélica, em troca de concessões de rádios e TVs e isenção de IPTU de templos religiosos alugados?

Sou contra a Reforma da Previdência porque não se fazem reformas sociais com base na desinformação, na pós-verdade e no terrorismo econômico. Argumentos rasteiros construídos não para esclarecer e ilustrar, mas para meter medo, fazem crer que o destino da Nação depende única e crucialmente do êxito da reforma fiscalista da Previdência: “sem a Reforma da Previdência, o país não criará empregos; os juros não vão cair; o Risco-Brasil vai aumentar; os investidores internacionais evitarão o país, a dívida pública vai explodir (...)”. É inaceitável que Ministros de Estado e representantes do capital financeiro na mídia corporativa afirmem descaradamente tolices desse tipo, que menosprezam a inteligência da população e o conhecimento acumulado pela academia.

A Reforma da Previdência têm reflexos diretos na vida presente e futura das famílias. A Assistência Social e o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) concedem cerca de 35 milhões de benefícios. Direta e indiretamente são mais de 100 milhões de brasileiros assistidos. Cerca de 70% deles recebe benefício médio de R\$ 1.197,00 (Aposentadoria por Idade); 30%, em torno de R\$ 2.304,00 (Aposentadoria por Tempo de Contribuição). Por essa razão, a Reforma da Previdência tem de buscar consensos entre os diversos setores da sociedade por meio de debate amplo e plural de ideias.

Sou contra a Reforma da Previdência porque o debate está intencionalmente interdito. Reformar sem debater com a sociedade é inaceitável numa sociedade pretensamente democrática, onde, em tese, deveria prevalecer o contraditório. Mas, aqui, prevalece a ditadura do pensamento único dos interlocutores das Finanças difundido pela imprensa.

Se houvesse debate a sociedade teria pelo menos uma chance de saber que o tão falado suposto "déficit" da Previdência é "argumento" que finge que não vê e despreza o que determina a Constituição da República. Com debate, a sociedade saberia que a Constituição de 1988 na verdade ratificou o sistema tripartite de financiamento das aposentadorias

(empregadores, trabalhadores e governo) vigente no Brasil desde os Institutos de Aposentadoria e Pensão instituídos na década de 1930; e sistema que a mesma Constituição modernizou, inspirando-se nos regimes de Estado de Bem-Estar Social dos países industrializados que o adotam desde o final do Século 19. Não no Brasil 2017. Aqui, o aporte da parte do dinheiro que compete ao Governo, porque assim o determina a Constituição é considerado "déficit".

Sou contra a Reforma da Previdência, porque economistas não conseguem acertar nem as mais simples projeções trimestrais. Mas os sábios de Brasília 2017 querem nos fazer crer que "sabem da "catástrofe" nas contas da Previdência que "ocorrerá" daqui a 40 anos. Como acreditar em antevisões do futuro, se não há modelo atuarial adequado?³ Só palpites sem base científica e sem relevância estatística, construídos por "marqueteiros" para gerar terror.

Quantos velhos temos hoje, e quantos teremos em 2060? O governo não sabe. Problemas metodológicos nas bases de dados do IBGE mostram diferença de oito milhões de idosos – como já observado em estudo do DIEESE. E governo que não sabe nem quantos velhos temos hoje, teria talvez credibilidade para sentenciar alguma futura catástrofe demográfica?

É fato que a população está envelhecendo. Mas quem disse que "não há alternativas"? Nenhuma democracia desenvolvida jamais enfrentou esse problema? Nunca na história do mundo alguma democracia superou com sucesso esse desenvolvimento natural da vida? Claro que sim! E como fizeram? E o Brasil? Não temos capacidade para propor alternativas hoje, para um problema previsto para nos alcançar daqui a 40 anos?

Hoje, cerca de 50 milhões de trabalhadores estão na informalidade e não contribuem para a Previdência. E se fossem incluídos no mercado de trabalho formal e passassem a contribuir? Não financiariam a aposentadoria de cerca de 58 milhões de idosos que, supostamente, teremos em 2060? A razão de dependência de idosos não melhoraria? O problema é a demografia? Ou é a ausência de modelo de desenvolvimento adequado às necessidades do país?

Sim, haverá menor proporção de trabalhadores contribuintes, para maior número de aposentados. Mas o financiamento da Previdência depende unicamente da contribuição do

³ <http://plataformapoliticasocial.com.br/previdencia-social-como-acreditar-nas-previsoes-do-governo-para-2060/>

trabalhador ativo? O que ensina, por exemplo, a experiência da socialdemocracia europeia? Ensina que o financiamento da Seguridade Social (que contempla a Previdência) é preponderantemente integralizado pela “contribuição do governo” e pela “contribuição dos empregadores” (respectivamente, 46% e 34% do total). E a Constituição de 1988? Ela não teria se inspirado nesse modelo? O que rezam os artigos 194 e 195?

Em plena Quarta Revolução Industrial (inteligência artificial, robótica, impressão 3D, etc.), que aprofundará a corrosão dos empregos, o financiamento da Previdência deveria continuar ancorado na base salarial? Qual a experiência de outros países? É razoável fazer projetos para os próximos 40 anos, raciocinando sobre a hipótese de que o cenário do mercado de trabalho em 2060 venha a ser o mesmo que o mundo conheceu em 1960?

Sou contra a Reforma da Previdência porque não se fazem reformas sociais com diagnóstico ginásiano rudimentar baseado em falsas premissas. Nos últimos vinte anos, foram feitas quatro grandes reformas da Previdência. Elas não serviram para nada? Onde, afinal, reside o problema? Na Previdência do Setor Público (RPPS) ou no RGPS? Na aposentadoria dos pobres – aquelas 35 milhões de famílias do RGPS que recebem, em média, menos de dois salários mínimos – ou na aposentadoria dos membros do Judiciário (R\$ 25.700,00, em média) e do Legislativo (R\$ 28.587,00), por exemplo?

Se o problema é o Servidor Público, trata-se de um problema de "fluxo" (novos servidores que entraram no serviço público após a reforma concluída em 2012), ou de "estoque" (os servidores que entraram no serviço público antes de 2012)? Aquela reforma iniciada em 1998 e concluída em 2012 não resolveu o problema dos novos ingressantes? Que problemas persistem? Haverá aposentadoria de "marajá" do setor público em 2060? Servidores públicos que compõem o "estoque" não morrem? Quantos estarão vivos em 2060? Seria prática de boa democracia manipular a opinião pública com exemplos marginais, que já foram equacionados no futuro, para justificar a imposição de perdas à maioria dos que recebem aposentadoria inferior a dois salários mínimos?

Será verdade que "o Brasil não exige idade mínima" para aposentadoria? Ou ela existe desde os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP) criados na década de 1930? A idade mínima não foi talvez mantida pela Lei Orgânica da Previdência Social (1960) e pela Ditadura Militar? E não foi talvez ratificada pelo artigo 201 da Constituição Federal?

As aposentadorias são "precoces"? Quanto representam no total? Trata-se de fato estrutural ou marginal? E essa pretensa questão não foi resolvida em 2015 pela lei do "Fator Progressivo" que em 2026 chegará a 100/90? Quais são os problemas remanescentes? E a

reforma das Pensões? Não foi talvez feita em 2015? Em síntese, o Brasil precisa de reforma estrutural ou de reforma tópica?

Sou contra a Reforma da Previdência porque o diagnóstico ginasiano rudimentar e mal-intencionado conduz a propostas indecentes que, em última instância, limitam o direito à proteção na velhice, sobretudo porque, como mostram os dados, a imensa maioria dos brasileiros não têm condições sequer de cumprir 25 anos de contribuição para ter acesso à aposentadoria parcial⁴. Como afirmar que a reforma "não atinge os pobres", como prega certa elite intelectual, burocrática e jurídica – e uma incansável propaganda que os rádios repetem sem parar? Quem é pobre? Só seriam pobres os que recebem menos de US\$ 2 por dia, como arbitrado pelas agências internacionais? E os 79% dos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos? São talvez ricos?

É justo que o acesso ao benefício assistencial (portadores de deficiência e quem tenha renda *per capita* de até ¼ do salário mínimo) requeira idade mínima (68 anos), que é superior à exigida para magistrados (65 anos), que têm estabilidade no emprego, salários acima do teto constitucional e folha de pagamento repleta de "penduricalhos"? Se querem "combater privilégios", por que não escrevem sequer uma linha sobre a injustiça tributária, as isenções fiscais, a licença para sonegar (sempre premiada por sucessivos e impagáveis "refinanciamentos") e com a obscena transferência de renda para os rentistas, por meio de juros?

Em nome do "fim dos privilégios", querem unificar as regras para todos os segmentos e, assim, impor ao trabalhador rural do nordeste regras semelhantes às que são definidas para um Promotor Público de São Paulo. É justo tratar os desiguais como se fossem iguais?

É justo um país de longo passado escravocrata inspirar-se nos regimes previdenciários de países desenvolvidos, se menos de 1% dos municípios brasileiros possuem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) semelhantes àqueles, e mais de 65% dos municípios têm IDH equiparados a países africanos?

É justo impor regras mais duras que as praticadas em nações mais igualitárias, posto que, em muitas daquelas nações, a aposentadoria parcial pode ser obtida por volta dos 60 anos, e não se exige tempo de contribuição?

É justo desconsiderar que o Brasil, além de desigual é extremamente heterogêneo, e que a "média nacional" de diversos indicadores não reflete as profundas diferenças regionais?

Argumenta-se que os críticos da reforma da Previdência – os "militantes" e "propagadores

⁴ <http://plataformapoliticasocial.com.br/previdencia-reformar-para-excluir-completo/>

de pós-verdades" nas "redes sociais" – não têm propostas. Temos sim!⁵ Mas, como se vê, o buraco é mais em baixo.

Finalmente, sou contra Reforma da Previdência em função do caráter excludente das propostas de mudança, e para se evitar uma nova “tragédia anunciada” alerta-se que o infortúnio da desproteção social pode estar começando a ser tecido agora. Nesse sentido, as questões cruciais que deveriam orientar a reflexão da sociedade, dos parlamentares, dos jornalistas e do movimento social devem ser: que país queremos e que país a reforma da Previdência projeta para meados do século 21?

COMO CITAR ESTE TEXTO:

FAGNANI, Eduardo. Por que sou contra a Reforma da Previdência Social? In: **Projeto Antíteses**. Brasília: NEPPOS/CEAM/UnB, 2017.

⁵ <http://plataformapoliticasocial.com.br/previdencia-reformar-para-excluir-completo/>